



***Olhar o deixado escrito: Maria Velho da Costa e a desescrita*¹ da memória**

Look at what was left written: Maria Velho da Costa and the unwriting of memory

Susana Vieiraⁱ
Universidade Nova de Lisboa

Resumo: No pressuposto de um legado, este como uma dádiva transmitida, encontra-se, desencontrada e desirmanada das correntes e das classificações, a *Desescrita* de Maria Velho da Costa. Tanto se ouve que do que se tem memória se faz legado, como que da transmissão se produz uma memória. Nessa indefinição, cabe à *desescrita* acompanhar o projeto, não para esclarecer, mas definir o material da escritura ou arquitetura da escrita. Não sendo necessariamente uma escrita pelo negativo, desconstrói, sim, a linguagem até ao seu avesso onde se desdobram na invisibilidade as vozes inviáveis. Na aceção de Nancy, são estas experiências anteriores e latentes ao normativo-repressor que fazem a fenda e se manifestam no contratempo da *desescrita*. Serão invocados os argumentos de, entre outros, Blanchot, Federici, Gago, Harding ou Levinas, no apoio de uma estética do arruinamento promovida por Deleuze e Guattari e aplicada à erosão que a nossa escritora impregna nas escarpas da fala que a sua linguagem *desescreve*, testemunhando tanto a dejeção de corpos homogêneos quanto o abandono dos corpos heterogêneos. O mesmo aporte teórico servirá para questionar o rosto da memória, contrariando, muitas vezes, o deixado, uma vez que *desescrever*, embora por um lado seja “desinvestir a palavra de seu poder de dizer o mundo”, é, por outro, “declarar abertamente o silêncio do mundo” (FERNANDES, 2015) — fazendo-nos aproximar a memória de uma representação em ruína, traduzida esta por uma linguagem de sujeitos truncados; não como vestígio, mas, na sua condição de terreno movediço, como o que do caos é possibilidade.

Palavras-chaves: Literatura-MVC; Linguagem-Ruína; Memória-Escrita-Representação.

¹ *Desescrita*: textos publicados entre 1969 e 1972 nos jornais *Capital*, *República*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias* e *Expresso*, e compilados pela Afrontamento em edição de 73.

Abstract: On the assumption of a legacy, this as a gift transmitted, we find, mismatched and disjointed from currents and classifications, Maria Velho da Costa's *Unwritten*. We hear so much that what we remember becomes a legacy, and that a memory is produced from transmission. In this lack of definition, it is up to the descriptor to accompany the project, not to clarify, but to define the material of writing or architecture of writing. Not necessarily written in the negative, it deconstructs language to its reverse where unviable voices unfold in invisibility. In Nancy's sense, it is these experiences prior to and latent to the normative-repressor that create the rift and manifest themselves in the setback of the descriptor. The arguments of, among others, Blanchot, Federici, Gago, Harding or Levinas will be invoked, in support of an aesthetics of ruin promoted by Deleuze and Guattari and applied to the erosion that our writer imbues in the cliffs of speech that her language undoes. writes, witnessing both the dejection of homogeneous bodies and the abandonment of heterogeneous bodies. The same theoretical contribution will serve to question the face of memory, often contradicting what is left, since unwriting, although on the one hand it means "divesting the word of its power to say the world", is, on the other, "declaring openly the silence of the world" (FERNANDES, 2015) — bringing us closer to the memory of a representation in ruin, translated into a language of truncated subjects; not as a trace, but, in its condition of shifting ground, as what chaos is a possibility.

Keywords: Literature-MVC; Language-Ruin; Memory-Writing-Representation.

Parte I — *olhar*

«Que é que vais fazer agora?» [...] Tive que não lhes dizer nada e guardar o que podia. A rua, nunca ma tinham tirado, porque até aí, lá eu não tinha nome certo. [...] calei-me e desandei (COSTA, 1973, p. 5).

Começo com uma advertência. Não vou definir, *stricto sensu*, autoteoria, vou antes encarná-la na vivência do texto ou na movência de uma escrita, que sob o gesto de Maria Velho da Costa (doravante, MVC) se autodefine promovendo um programa próprio do feminino feito de atravessamentos e resistência: "é escrita que me pedes [...] já to disse de voz falada, mas como vou escrevê-lo, vai ser outra coisa ou não [...] a gente escreve porque quer ver ficar o que em nós está sendo dito, ter testemunha" (COSTA, 1973, pp. 39-40). Os textos coligidos na edição de 1973 materializam o princípio da composição; uma composição texturada por uma pluralidade de referências linguísticas, muito ao gosto do pós-modernismo (ou, entre nós, tardo-modernismo), reagindo, por necessidade, à "banalidade e o absurdo de muitos e muitos tipos de discurso que integram a sociedade contemporânea" (MESQUITA, 2020, p. 155). O novo corpo que ora se compõe rejeita a visão canónica do texto

uniforme e uniformizador, como método. Considerando os efeitos deletérios dos discursos hegemônicos politicamente imperantes, a escritora, nessas décadas de censura, constrói o texto como um processo que, nos interstícios do sistema, se une ou se dissolve pela fragmentação e parodia marcas discursivas retirando-as das suas formas usuais e metamorfoseando-as em lugares distantes. Nesse incessante deslocamento, o texto deixa de ser uma declaração anódina, valendo-se de múltiplas leituras e, subsequentemente, da anedota do sofisma.

Encarnando-a, pois, na vivência do texto, mais que uma meta-escrita, é a escrita de MVC, neste exercício compósito, uma ontologia da linguagem, ou uma linguagem ontologizada, e uma construção de ser, sempre exposto, sob pena de a qualquer momento ruir. Em suma, a sua escrita — esse corpo que (se)(nos)expõe — causa, não raramente, estranhezas porque, enfiando o dedo na ferida, abre grosseiramente a terra e provoca deslocamentos e tudo entra no jogo do indeterminado, do movimento e do sobreposto: “A mulher vai falar. É ela acaso a causadora do susto total? A terra parece prestes a desvanecer-se” (COSTA, 1982, p. 32) — a resposta desdobrar-se-á no decurso deste ensaio, até ao seu fecho-aberto, como uma tese. É certo, desde logo, que o propósito do presente excuro acompanha o da obra citada: apelar a uma dada “consciência textual” (MESQUITA, 2020, p. 155), a de que, explorando o lado artificial da linguagem, se denuncia, no mesmo passo, os abusos cometidos historicamente pelas instituições sociais. **Desescrevendo**, diz a autora “uma outra forma de dizer não” (MESQUITA, 2020, p. 158).

Lembrando Harding (1993), os discursos sobre as construções sociais do feminino começam sempre por ser alíneas que se acrescentam, como próteses, à fala hegemónica e central, causando, pela distorção, o estranhamento ou indagando sobre a sua legitimidade. Descendo um pouco mais, depressa se está ante uma outra problemática, a de que, sendo o feminino **construções sociais** — como referi —, conseqüentemente, não poderá resultar de uma conceção universalizante; pelo contrário, terá de ser abordado desde a sua própria (e intrínseca) desterritorialização. De outro modo, haverá sempre falas invisibilizadas, emudecidas ou em requisição do falo (entendido aqui de uma forma genérica, *i. e.*, como símbolo da cultura, ou sistema patriarcal, eurocêntrico e heteronormativo), para se testemunharem. Falas colonizadas. Corpos amansados. Seres esmagados sob o peso das dicotomias. Mesmo entre elas:

*Qual a separação final entre as mulheres? Todas somos iguais. Não carecemos da morte para conhecer o sangue, não carecemos da força para conhecer o gozo, não carecemos do amor para conhecer o nojo. Somos cedo o sangue, o gozo, o nojo. Que certas feministas se tornaram muito conscientes da diferenciação de situações da mulher, consoante a classe social ou o contexto sócio-geográfico-cultural em que está inserida. Sim, mas. Progredir pela contradição — a necessidade é má conselheira. O Terceiro Mundo pode ser o nosso alibi, como outrora para as senhoras de bom porte eram os *pobrezinhos*. Toda a mulher é mercadoria. Isso não muda. (COSTA, 1982, p. 32; grifo do autor).*

É aqui, na paródia e no desapego, que urge **desescrever** o escrito reconhecido e autorizado.

Parte II — o deixado escrito

A ditadura é uma presença que institui e instrui de modo totalizante, como uma casa fechada. Mas na casa fechada há uma janela. Através da qual há formas que confundem e se desviam da palavra aprendida como Lei: lugares perdidos e inconformes, corpos desencontrados e com desejo, línguas vazias e com fome, e, em meio a tudo isto, perseguições, guerra, morte: “Que é que vais fazer agora? [...] Tive que não lhes dizer nada e guardar o que podia” (COSTA, 1973, p. 5); “a língua [...] se amadrasta pela frase-feita do que têm a cargo dizer [...] ela se morre (ou torce) dos que são expulsos dela [...] o sonido do dito certo é que faz o lugar [...] Que a disrupção de um guerrear e de um partir impostos estejam na escrita e que ela se conturbe e intrabuseque” (COSTA, 1973, p. 42). Sabemos, então, em que terreno nos movemos: refiro-me, abertamente, ao regime político ditatorial vigente em Portugal, na sua segunda fase, entre 1933 e 1974 (momento vivido por MVC), embora com raízes já nos anos 1926-33 (sob os governos militares instáveis de Cabeçadas, Costa e Carmona). Durante o Estado Novo de Salazar — que renova a anterior pasta das Finanças na ascensão a Presidente do Conselho de Ministros —, a censura e a ideologia do colonialismo, promovendo a ocupação como promessa do resgate de uma **glória** amortalhada, são as armas primeiras para engrossar o poder. Os métodos são os supramencionados. Neste terreno não havia margem para a dissidência. Contudo, como também já indiquei linhas acima, em qualquer sistema há interstícios, por meio dos quais o ato outro se torna possível.

Há, então, uma pulsão no corpo, e uma violência, para exonerar a palavra. Como? Desterritorializar-se de um discurso reiterado, ausentando-se até ao momento tão aberto e

ígneo, onde Cesariny nos pedia que caíssemos “verticalmente no vício”² e nele disséssemos o silêncio. É pelo lado de dentro que se define a desescrita, ventre exposto do avesso da escrita. Por isso, para que aconteça, a ferida tem de estar sempre aberta. Ao escavar a palavra, diz-se o indizível, que é essa ferida, ou seja, através de um boicote linguístico que revolva o semântico das coisas diz-se (e é-se) o Outro e não o Mesmo, como nos explica Levinas (1980). Apenas desta forma, pelo despedaçamento, e dispersão dos estilhaços e cacos que escapam, sem a intenção de os juntar, é possível a nominação de um mundo inventado: “à contra-receita [...] desencascar o ovo sempre fresco da palavra que nos goram, como se coisa ainda nunca vista” (COSTA, 1973, pp. 7 e 41). Uma vez que **entre as coisas e os seus nomes** — que são da casa, portanto determinados pelo sistema patriarcal e autoritário — há um abismo, de que a escrita, no seu plano homogéneo, assético e contributivo da Lei, não dá conta, dada a sua condição, a um tempo, mimética, torna-se premente cair nesse entrelugar, o do **desmundo** (FERNANDES, 2015) e do desmunido — mundo a ser construído, povo que falta duplamente, pela sua condição de falta precária e necessidade de ser inventado. Ou seja: “retirar-se [...] da [...] própria escritura, emancipá-la [...] deixá-la [...] desmunida” (DERRIDA, 2002, p. 61) (“como os nomes próprios das coisas, não [...] a certeza de que elas estavam lá [...] como isso eu só podia encontrá-lo no fora e no miúdo, calei-me” (COSTA, 1973, p. 5)). Abrindo o avesso da linguagem, na perscrutação de todas as possibilidades, os nomes perdem a raiz, e o corpo, apenas assim ferido e mutilado, consegue, a partir dos restos e nos buracos, sentir a verdade das coisas e compreender o seu mistério: “Há um lugar [...] tão pequeno como a bolha de sumo dentro do gomo da tangerina, disse a criança. É lá que eu me guardei e comi-o e passou para o dentro do dentro do mais pequeno dos buracos do meu coração” (COSTA, 1973, p. 62). Paz refletia que “a criação se inicia como violência sobre a linguagem” (PAZ, 1982, p. 47). Este “deslizamento verbal” (MESQUITA, 2020, p. 155) que se opera é uma manifesta rutura no discurso dominante, cujas absurdidades e lugares-comuns MVC, na escuta atenta do mundo, e não mediada, desintegra. O seu objetivo não é, pois, o de reproduzir em fala indireta uma escrita autoritária, uma voz fascizante. Numa época de sérios constrangimentos, cerceadores de uma fala própria,

² Lembro o poema “Pastelaria”, escrito nos anos 50 e, mais recentemente, publicado em CESARINY, M. *Nobilíssima visão*. Assírio & Alvim: Lisboa, 1991. Pode, ainda, o texto ser consultado online, por exemplo, em <https://ensina.rtp.pt/artigo/mario-cesariny-poesia/>, onde é encenado pelo ator português Marco D’Almeida e muito usado nas aulas de Literatura Portuguesa.

sempre censurada, MVC prossegue numa atitude firme de... censurar ela essa escrita! ("Escrever aqui tem que dizer do «não» dito no ouvido, da linha (língua) cortada, da ofensa à língua recolhida que é há tanto o dizer público — o espírito desanimoso afrontado da frase do funcionário [...] a pôr-nos de inscrição: «tu não riscarás»" (COSTA, 1973, pp. 41-42).) Em alguns momentos essa acusação assume contornos caricatos³, em outros, a sugestão obriga-nos a entrar na ferida da amputação, que é de outra ordem, a dos sentidos exilados. Em qualquer uma das situações, o texto é sempre um corpo a surgir da privação. Deleuze, na sua análise **clínica** da literatura, detetava no texto a imagem do informe e do inacabamento; e Proust (*apud* DELEUZE, 1997) afirmava que o escritor era um inventor curioso, que, explorando as potencialidades da língua, a expandia além do hábito. Estava, assim, explicada a sua condição aberta de devir e fuga. O objetivo não é a forma, mas o desvio para mostrar a vida, *i. e.*, "inventar um povo que falta": em "deriva das raças" "oprimida[s] que" se "agita[m] sob as dominações", a "resistir a tudo o que esmaga" (DELEUZE, 1997, pp. 14-15).

Com Blanchot reportamo-nos a um desastre avassalador, o de contínua e indesejadamente retornarmos a um passado sem memória, e a ele assistirmos com o corpo cruzado e o pensamento passivo: "O desastre está do lado do esquecimento; o esquecimento sem memória, a retração imóvel do que não foi traçado [...] como se vive [?] sob a vigilância do desastre: exposto à passividade fora da paixão [...] Não és tu que falarás; deixa o desastre falar em ti, que seja por esquecimento ou por silêncio" (BLANCHOT, 1980, s.p.). Testemunha-se neste excerto a limitação da escrita, que condena qualquer possibilidade de experiência, o mesmo que dizer que "O imperativo paterno [...] torna o filho em superfície escrita passiva" (ASSMANN, 2011, pp. 162-163). Por seu lado, a *desescrita* fragmentada vaticina a descontinuidade do sistema dissolvente e o encontro com a desordem, o desemprego da palavra, a fenda da linguagem, isto é, portanto, a intensidade da luz — o avesso da "noite opressora [e] vazia" (BLANCHOT, 1980, s.p.). De contrário, essa escrita passiva — ou a prática da casa fechada — "está do lado do esquecimento", investindo no incumprimento, na cessação e na desconstrução do ser. Desse lado está o que nos oprime, nos desfaz, nos obriga a responder por seus crimes, nos destaca à obediência, nos defeca para uma queda sem consentimento (BLANCHOT, 1980).

³ "Tersa feira, terça e meia" ou "Ova ortografia", títulos estes da obra citada — *Desescrita*.

No seguimento, destaco um dos argumentos de Assmann, lembrando Platão, o de que “o *medium* da escrita também foi visto como antípoda, como antagonista e destruidor da memória”, promovendo a sua “apatia” (ASSMANN, 2011, pp. 199-200). A mesma autora, continuando com Platão, mas contrapondo-o ao poeta Shakespeare, compara o peso de “uma escrita externalizada [que] ocupa o lugar da memória e, portanto, a destrói” (ASSMANN, 2011, p. 205) à “força geradora de vida e continuidade” (ASSMANN, 2011, p. 205), entendida assim a escrita numa “relação dialógica consigo mesmo” (ASSMANN, 2011, p. 205), estimulando a memória (ASSMANN, 2011). Compreende-se o contrapeso. Se não se oferecer à escrita a possibilidade da própria derruição, “prevalece [como] uma reivindicação de imortalidade” (ASSMANN, 2011, p. 206), mais para o mal do que para o bem, *i. e.*, sempiterno retrato mudo de corpos caídos ou calados.

Segundo Le Goff, é a memória “um conjunto de funções psíquicas” que nos permite “atualizar impressões ou informações passadas”, ordenar e reler os “vestígios” (LE GOFF, 1990, p. 424). Na mesma acepção, mas pelo seu negativo, a perda da memória, que comporta uma discussão alargada e profunda sobre a identidade, poderá derivar de jogos de poder que lançam os dados da censura e manipulação dos afetos:

escuta como nos ensurdeceu a língua, como as nossas vogais abrandam, como a língua se tornou sibilada, chiente [...] para estar (ler, falar) em Português, murmuras ou retorces a língua até mordê-la [...] se tiveres tino, tens que ser doido ou ter vergonha do que ta corte — ela, os mandadores do desfazer-se dela, que da mansidão e queixa inscritas nela, fazem, pelo que a truncam (COSTA, 1973, pp. 40-41).

Assim, documentos que testemunham as sociedades, movimentando a dialética da presença e da ausência, poderão ser produtos opacos ao indizível. É preciso saber ler, no seu plural, e na **expele**, a linfa subterrânea da *desescrita*, que denuncia a falência e abre espaço, na sua ferida, para a memória — e não esquecimento — dos silenciados, dando “a fala, seu som e consistência, como lugar do ser mais e do ser justo” (COSTA, 1973, p. 40). Nesta mesma possibilidade está a da sua existência, conjugando-se no ato de dizer-se, abalando as estruturas do mundo construído que dita e discrimina e naturaliza como incontornável uma vida subtraída aos **povos que faltam**. Povos em que as “escritas do corpo” (ASSMANN, 2011, p. 260) se inscrevem como memória de “instituições de poder e violência” (ASSMANN, 2011,

p. 263), “da disciplina e da punição” (ASSMANN, 2011, p. 264) — “só o que não termina, *o que dói*, fica na memória” (NIETZSCHE *apud* ASSMANN, 2011, p. 263; grifo do autor).

A ideia não é completar o texto fragmentado e descobrir o sentido da mensagem velada; na verdade, não há uma mensagem — há o esforço de libertação de uma herança que não faz falta e de invenção do que faz falta, ainda que, em consciência, se saiba que, ao “eliminar todos os traços da escrita acumulados [...] [,] Toda a sua existência e identidade anterior será posta em questão pela memória imperativa paterna” (ASSMANN, 2011, pp. 161-162). Longe de narrar a realidade, MVC **desescreve** a “contrapelo da história oficial” (GALLO, 2008, p. 21), infringindo o estabelecido; fazer o contrário seria conformar-se ao “eterno retorno” (GALLO, 2008, p. 23), ou seja, à repetição do discurso do subordinado, do sujeito objetificado, colonizado e negado, marcado este pelo pensamento da Lei que importa valores de exclusão — “preferia ser doida a ter a razão deles [...] quando alguém se corta assim do verosímil [...] não tem assento que caiba à mesa da casta que lhe coube [...] cai de borco ou fica em pé no chão dos deserdados” (COSTA, 1973, p. 72). A contrapelo, então, o texto de MVC posiciona-se numa estrutura **ex-cêntrica** (NANCY, 2000) ao parodiar os acontecimentos, desde um deslocamento do heterogêneo. Deste modo, pelo processo performativo da materialidade da linguagem também, é experimentado o objeto **indecidível** (BITTENCOURT, 2024), porque — lembro — se trata de um entrelugar, infetado (ou afetado...) pela ferida e dado ao exercício do não existente ainda. Nesta **extimidade** (NANCY, 2000) — ou intimidade do avesso — expande-se o espaço para a *excrição* (NANCY, 2000) dos silenciados, que são sempre os pensamentos que ficam na deriva do absoluto. “Quando o disserem calo [...] todos inventamos [...] ao pegar das palavras todas gastas e pôr-me com mais força a ver da giesta e do rumor das rugas dos que passam [...] Por isso não se afina entendimento [...] mais ao escrito [...] só fica o que resta fresta cantata rota e rouca entre o escrito e a estória” (COSTA, 1973, pp. 37-38).

Numa reflexão a partir do gênero, Verónica Gago argumenta que a casa — o oposto, portanto, da **extimidade** citada, embora o seu avesso se revolva a partir do **excêntrico** — legitima a violência sobre o corpo feminino. Acontece ela no íntimo da terra, no interior do corpo, nos buracos por onde passa a linguagem. Apenas na sua passagem, que recusa a gramática patriarcal e paternalista, há lugar à escuta: a linha de fuga é mais extensa e

complexa e também violenta. Sobre o saber e o potencial de um corpo que estala e fratura, que é plural e é desvio, que é precário e despojo, se exercita a violência.

Estar em guerra é um modo de assumir a existência de um diagrama de forças. Significa encontrar outro modo de viver em nossos corpos. Implica visibilizar um conjunto de violências que fazem desses corpos “terminais” um diferencial nessa trama. Estar em guerra é liberar forças contidas. É deixar de silenciar sobre a violência. Nesse sentido, é assumir que somos atacadas e que tomamos a decisão — que é força comum — de que já não ficaremos pacificadas diante das violências cotidianas. Tem a ver com um modo de atravessar o medo, e não simplesmente de pensar que ele deixa de existir. (GAGO, 2020, s.p.).

Nesse atravessamento, o corpo denega o lugar construído historicamente e a sucessão de eventos de sujeição, e explora o desejo de acontecer desde um início “frágil e incerto” (DELEUZE & GUATTARI, 2007, p. 395) em que nada “preexiste” (DELEUZE & GUATTARI, 2007, p. 395), além dessa **força germinativa** (DELEUZE & GUATTARI, 2007, p. 395) e inventiva. Se o corpo não cumpre a linha de fuga e retorna ao preexistente, a segregação é um facto incontornável, num espaço já de si deslocado. O feminino é, pois, um território onde as forças do caos potenciam a criação do inesperado, algo maior que “leva sempre terra consigo” (DELEUZE & GUATTARI, 2007, p. 397). Este corpo-território, de experiências cruas, continuamente subtraído e violentado, **extende-se** além de si e à revelia de qualquer aprovação, escapando a condições de desestruturação, desvalorização, invisibilidade, discriminação, estigmatização: n’ “Esta Força Um texto [...] sempre vou ganhando o meu escrevendo isto até ao fim. E o fim da leitura disto é quando eu quiser [...] Esta é a força da escrita aqui — ser escrita e ser escrita e ser escrita e ter que ser lida aqui. Força reconhecida pela lei é só essa” (COSTA, 1973, pp. 65-66).

Recusa-se, então, estar presente no esquecimento, recusa-se estar ausente na memória; esta — a recusa —, uma forma de combatividade, pela *desescrita*, o seu legado, na relação de todos os pronomes pessoais:

A mulher vai falar. É ela acaso a causadora do susto total? A terra parece prestes a desvanecer-se como um erro juvenil, um tumor despiendo que se esventra, esco. Onde abrigar as sementes e os nascituros, o toirão de ouro dos rebanhos e as pepitas no leito dos rios, sob a agonia dos peixes? [...] E fala, e a sua boca alaga-se ao latir dos cães, dos homens aterrados do desguarnecer de tudo, tocado para mau fim o âmago da matéria. Que outro tempo pode ser este senão o das mulheres? muda (COSTA, 1982, p. 32).

Para concluir, quero introduzir um deslocamento em toda esta análise para a compaginar com outros campos: Focando-se nos séculos XVI-XVII, Federici destaca como essencial para uma sociedade capitalista uma observação séria e o regramento sobre o corpo, a fim de “transformar as [suas] potencialidades [...] em força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 240), num discurso uniformizador. Esta premissa continua porém, quase como uma deslumbrada revelação, nas nossas diversas contemporaneidades, tendo sempre como base a gula. Esta ditará que o poder não é um acúmulo de forças sobrenaturais, mas advém da subordinação, espoliação, exploração, extração, apropriação do corpo do outro, em prol de uma modernidade, fundada na acumulação consumista e na forja de necessidades não naturais que se naturalizam. Extraído à sua completude, ou origem, o sujeito investe na agitação social e adota comportamentos nocivos proibitivos que põem em risco a tão preciosa matéria humana como recurso da rentabilidade económica. Esta matéria, ou corpo-máquina, passa a ser tema de reflexão e de incisão anatómica, sendo analisado como uma força empregada nas dinâmicas do trabalho, separada do pensamento. A “matéria bruta” (FEDERICI, 2017, p. 251) é manipulada e regulada pelo pensamento, um domínio acionado de fora de si. Identificado com a natureza — colonizada, violentada, esventrada — o corpo imprevisível é, assim, segregado do seu desejo. Ambos são dominados, dessituados da sua condição original, desterritorializados do seu substrato de crenças e decompostos para extração das suas potencialidades. Ambos são desvitalizados e despovoados das suas relações.

Na invasão sobre o corpo ativam-se dois momentos-movimentos: de um lado, o ser dissolve-se em alteridades em contínuo entrave de forças; de outro, por inteiro, é o ser-corpo uma instância em luta constante pela sobrevivência. Qualquer uma das abordagens se firma num jogo de forças, para exploração do outro. A subversão acontece por todos os lados do corpo: como os galhos da imortalidade, também os braços do feminino são raízes que descem perscrutando o baixo e o dentro impuro do mundo, onde a ciclicidade é repetida impotentemente por Eco, perpetuando o sofrimento.

Nasce-se por uma fenda, um corte, uma falta, para uma fenda, um corte, uma falta — isso, a mulher. A mulher que lutou por um reconhecimento cívico, lutou sempre desempenhando também outras funções. Ou sentindo-se culpada por não o fazer. Ou tendo que lutar contra o coagimento a fazê-lo. De qualquer dos modos um desgaste de energia. Era Newton bom dono de casa? Podia Rembrandt satisfazer a esposa? Mais: era Einstein também

bonito homem? Madama Curie era bela. Mas vestia-se mal, diz-se. *É uma luz logo branca. Desce à nossa volta. Fica como um halo. Uma rocha tumular, translúcida. Só os homens morrem e nascem. [...] Vivemos tolhidas ou pela expectativa ou pela culpa. Deixa as tuas obras do outro lado do rio dos homens. Faltaste, como mãe ou amante? Então faltaste sempre. Tu és a falta, fecunda ou infecunda, sempre em falta. A dinastia das mulheres dura sob a passagem ávida, pesada como cabeça de onde eles crescem e caem, como cabelos.* (COSTA, 1982, p. 32; sublinhados no original).

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação — Formas e transformações da memória cultural*. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.
- BITTENCOURT, Rita Lenira de Freitas. *Mulheres trabalhando: memória, corpo e desejo*. São Leopoldo: Oikos, 2024.
- BLANCHOT, Maurice. *L'écriture du désastre*. Gallimard: Paris, 1980.
- CESARINY, Mário. *Nobilíssima visão*. Assírio & Alvim: Lisboa, 1991.
- COSTA, Maria Velho da. *Desescrita*. Porto: Afrontamento, 1973.
- COSTA, Maria Velho da. "Mulheres (claro-escuro)". In: *Jornal de Letras*, n.º 22, 22 dez.-4 jan, 1982.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil planaltos: capitalismo e esquizofrenia*, vol.2. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERNANDES, Thiago Grisolia. *Desescrita: signos da ausência*. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- GAGO, Verónica. *A potência ou o desejo de feminista transformar tudo*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- GALLO, Liliana Mabel. *Na casa das Marias: ficção e história em Maria Velho da Costa*. Tese de doutoramento: Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista". In: *Estudos Feministas*, n.º 1, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.

MESQUITA, Rui Miguel. "Silêncio ou força: a *desescrita* de Maria Velho da Costa". In: *Cadernos de Literatura Comparada*, n.º 42, 2020.

NANCY, Jean-Luc. *Corpus*. Lisboa: Vega, 2000.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ⁱ Doutoranda em Estudos de Literatura (FCSH-Universidade NOVA de Lisboa), investigadora em Estudos Lusobrasileiros (FLUL) e colaboradora em projetos da UNESP e da UNICAMP. No âmbito da sua área de investigação (obra de Maria Velho da Costa) tem artigos e capítulos de livros publicados e participações em congressos internacionais. É professora nos cursos de Cultura e Língua Portuguesa (Universidade de Lisboa) e colabora em diferentes projetos de arte inclusiva.

Universidade Nova de Lisboa (UNL)

Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT)

E-mail: susanatvieira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2445-1215>

Recebido em 28/12/2024

Aceito em 29/01/2025



Eutomia, direitos autorais de Susana Vieira, 2025, licenciado sob [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).